

As Trajetórias dos Acadêmicos Bolsistas do ProUni: desafios e estratégias de enfrentamento

The Trajectories of ProUni University Students: challenges and coping strategies

Daniela Ornellas Ariño

Universidade Federal de Santa Catarina

Josiane da Silva Delvan

Universidade do Vale do Itajaí

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer as dificuldades e estratégias de enfrentamento para permanência no Ensino Superior de alunos vinculados ao Programa ProUni, que propõe a democratização ao acesso e a permanência ao ensino superior. Participaram da pesquisa sete estudantes de Psicologia, de ambos os sexos, com idade média de 22 anos, matriculados em uma Universidade do litoral catarinense. Os resultados foram tratados qualitativamente, a pesquisa se utilizou das técnicas Grupo Focal e Entrevista Semiaberta. Os dados foram analisados de acordo com três categorias temáticas. Dentre as dificuldades para se manter na universidade, tem-se a financeira e conciliar trabalho e estudos, respectivamente. Como estratégias de enfrentamento tem-se o auxílio de amigos e familiares como a de maior relevância.

Palavras-chave: Educação superior – Graduandos – Estratégias de Enfrentamento

Abstract

The present research had as objective to know the difficulties and coping strategies for permanence in Higher Education of students linked to the ProUni Program, which proposes the democratization of access and permanence to higher education. Seven students of Psychology, of both sexes, with an average age of 22 years, enrolled in a University of the coast of Santa Catarina participated in the research. The results were treated qualitatively, the research was based on the techniques Group Focus and Interview Semiaberta. Data were analyzed according to 3 thematic categories. Among the difficulties to remain in university, one has to finance and reconcile work and studies, respectively. As coping strategies we have the help of friends and family as the most relevant.

Keywords: Higher education – Undergraduates – Coping

A educação é um direito de todo cidadão brasileiro, da educação infantil até o ensino superior (Brasil, 2013). No Título II da LDB em seu Artigo 3º consta que o ensino deve ser ministrado com base no seguinte princípio: Igualdade de condições para o acesso e permanência. O artigo 43 define a finalidade da educação superior destacando a estimulação e criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, suscitando o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional e cultural, dentre outros princípios.

Na história do Brasil diversas rupturas e transformações vêm ocorrendo no ensino superior, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, é que baliza o sistema educacional brasileiro. A reforma da educação inicia-se com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) defendendo a restrição da expansão do setor público e aumento do setor privado. O governo Lula, mantém algumas características do governo do FHC e inicia a implementação da “Universidade Nova”, que é um modelo compatível tanto com o modelo unificado europeu

quanto com o modelo norte-americano, no entanto, sem nenhuma submissão a nenhum destes dois modelos (Lima, Azevedo & Catani, 2008). Este modelo deixa algumas marcas importantes no ensino superior atual como o financiamento universitário (FIES), a políticas de cotas para estudantes de escolas públicas, negros e índios, a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), visando assegurar a qualidade de ensino, dentre outras características.

O número de instituições de ensino superior no Brasil aumentou de 973 em 1998 para 2.364 em 2015, e com isso o número de vagas subiu de 803.919 para 8.531.655 neste mesmo período, sendo que dessas, 5.036.483 eram vagas em cursos de graduação ofertadas pelas instituições privadas de ensino (INEP, 2014; INEP, 2016). No ano em que foi institucionalizado, 2005, o ProUni ofertou 112.275 bolsas. Dez anos após a sua implementação, 2015, esse número subiu para 329.117, sendo 213.113 no primeiro semestre e 116.004 segundo semestre (Programa Universidade para Todos, 2015).

O Programa ProUni foi criado em 2004, como medida provisória e, em 2005, institucionalizado pela Lei nº 11.096. Esta política tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos no ensino superior, para população de baixa renda. As instituições que aderem ao ProUni recebem isenção de alguns tributos fiscais (Felicetti, Rossoni, & Gomes, 2012). Este programa surgiu como resposta à necessidade de aumentar o acesso ao ensino superior da população brasileira e uma diminuição das disparidades sociais a fim de sustentar a defasagem da oferta de vagas em Universidades “Públicas” (Saraiva & Nunes, 2011).

Na literatura científica existem diversos posicionamentos políticos acerca do ProUni. Pereira (2013, pp.112) aponta o Programa como “garantia do acesso e permanência do aluno no ensino superior, possibilitando igualdade de oportunidade, como acesso ao trabalho e reconhecimento social”. Felicetti *e cols* (2012) divergem desta posição afirmando que o ProUni não é completamente resolutive para o acesso, permanência e conclusão no nível superior, uma vez a gratuidade da mensalidade não implica necessariamente em igualdade de condições para que alunos de baixo status econômico se mantenham dentro das Universidades, assim como nas outras demandas criadas por essa inserção, como a discriminação e o preconceito, que podem dificultar a permanência dos estudantes em seus cursos.

Outros autores apontam algumas problemáticas acerca desta política de inclusão, citando-a como reforçadora da tese “excluídos do interior”, ou seja, uma inclusão dissimulada, que ao mesmo tempo em que insere sujeitos em um contexto, os exclui ao fazer com que não se sintam pertencentes a esta realidade. Alguns casos de discriminação, assim como de formação de tribos (“bolsistas” e “elitizados”), também são encontrados na literatura. Pereira (2013) afirma que mais da metade dos entrevistados relataram alguma forma de discriminação, tanto socioeconômica, como racial, seja por parte de professores, funcionários ou outros estudantes. A discriminação por parte de colegas foi a mais evidenciada, sendo que em alguns casos, acadêmicos “bolsistas”, eram excluídos de grupos de trabalho pelo fato de virem de escolas públicas consideradas mais fragilizadas em sua forma de ensino, o que não possibilitaria a estes uma formação básica adequada (Pereira, 2013). Alguns relatos apontam para a necessidade dos ProUnistas de se provarem aptos de estarem inseridos na universidade, para serem aceitos pelos colegas (Pereira, 2013).

Mas a discriminação não é o único desafio dos ProUnistas para se manterem no Ensino Superior, uma vez que a dificuldade econômica é a mais relatada na

literatura. Por se tratar de alunos de baixa renda, a bolsa não é suficiente para se manter na universidade (Faria, 2012). Levando em consideração que para ser contemplado com uma bolsa integral do ProUni, o aluno precisa possuir uma renda familiar (por pessoa) de no máximo um salário mínimo e meio, os alunos não conseguem, muitas vezes, arcar com as despesas de transporte, materiais didáticos, fotocópias e alimentação, dificultando assim a permanência na universidade. Além disso, Felicetti *e cols*. (2012) mostram que a necessidade de conciliar trabalho com a faculdade é um fator importante para os ProUnistas de se manterem no curso, pois, ao mesmo tempo que precisam trabalhar para se sustentar (e algumas vezes auxiliar no sustento da família), tem que manter os quesitos notas e frequências dentro do padrão adequado para seja feita a manutenção da bolsa.

Se ingressar em um curso superior é uma conquista para estes sujeitos, se manter até a conclusão será mais um desafio (Zago, 2006), pois ao considerar todo o contexto histórico do Brasil, em que passar em um vestibular e entrar em uma faculdade é algo considerado até pouco tempo, apenas para pessoas com alto poder aquisitivo. No caso da maior parte dos alunos ProUnistas, esta é uma nova realidade, pois, a maioria desses alunos, são os primeiros da família a ingressarem em um curso superior (Felicetti *e cols*. 2012; Costa, 2013). Por serem os primeiros da família a conseguirem ingressar neste nível de ensino, existe um incentivo ao aluno para que ele possa concluir a graduação, sendo a família um fator importante para a permanência do mesmo na universidade.

Além da motivação familiar, Bicalho, Araújo & Belisário (2013) e Zago (2006), expõem que estes alunos receberam também a motivação de alguns professores do ensino médio, tendo em consideração que estes alunos já possuíam um histórico de bom desempenho acadêmico. Isso favoreceu para que estes tivessem como parte do seu projeto de vida fazer uma graduação. Considerando a elitização deste nível de ensino, muitos alunos de escolas públicas consideram o ensino superior como uma meta inatingível, e ao conseguirem a aprovação no vestibular atribuem a “uma sorte” (Zago, 2006).

Algumas políticas são utilizadas para o fortalecimento do ProUni, como por exemplo, a Bolsa Permanência que é ofertada aos alunos com bolsa integral do ProUni que estejam matriculados em um curso com turno integral, no valor de R\$400 mensais (BRASIL, 2014). Segundo o portal do ProUni, todo o mês o estudante deve solicitar a bolsa, mas a concessão desta fica a critério da disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação.

A Instituição de Ensino Superior, na qual se realizou a presente pesquisa, aderiu ao programa em 2006, ofertando bolsas de 50 e 100 por cento de abatimento da mensalidade aos acadêmicos. Em 2006, foram ofertadas um total de 434 bolsas, atualmente a universidade oferece 715 bolsas. Não foram encontrados dados sobre acadêmicos que recebam a bolsa permanência na instituição. No curso de psicologia 136 alunos, dentre os 771 alunos regularmente matriculados, recebem bolsa ProUni.

MÉTODOS

O presente estudo se caracterizou como exploratório descritivo, abordando o problema através de uma abordagem qualitativa, considerando a relação dinâmica do sujeito com o contexto no qual está inserido. O objetivo desta pesquisa foi conhecer a trajetória e as dificuldade para permanência no Ensino Superior de alunos ProUnistas do curso de Psicologia de uma Universidade do litoral catarinense, assim como as práticas e estratégias utilizadas para o enfrentamento dessas dificuldades.

A amostra da pesquisa foi composta por 12 estudantes, no total, vinculados ao curso de Psicologia e contemplados pela bolsa de estudos ProUni. Os participantes foram acessados por conveniência e livre demanda, onde após a divulgação da pesquisa, os interessados em participarem contataram a pesquisadora para a Entrevista Inicial.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas. A primeira consistia em uma entrevista individual, semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, realizada em um local da própria universidade. Esta etapa contou com a participação de 12 alunos, e teve como objetivo

caracterizar o perfil dos participantes e conhecer as condições de vida dos mesmos.

Após a realização de todas as entrevistas, foi marcada a data para a realização do grupo focal, definida pela pesquisadora e informada antecipadamente aos participantes. Este encontro contou com a participação de sete dos doze estudantes da entrevista inicial. O objetivo desta etapa foi conhecer as dificuldades e as estratégias enfrentadas para a permanência no curso de Psicologia. Em todas as etapas da coleta de dados foram utilizados de espaços da própria IES, previamente reservados para esta finalidade.

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, contemplaram-se os princípios da Resolução nº. 196/96 do CNS (BRASIL, 2012) e também das normas do Conselho de Ética e Pesquisa, sendo submetido ao Comitê de Ética da UNIVALI, recebendo o parecer de aprovação nº 902.590 de 04/12/2014 de 2014. Antes da entrevista inicial foi realizado a explicação e o registro do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com a finalidade de esclarecer aos participantes de uma pesquisa os objetivos, procedimentos e métodos utilizados, bem como a forma de acesso aos resultados obtidos.

Os dados qualitativos oriundos das entrevistas e grupo focal foram transcritos e organizados em categorias temáticas cuja análise seguiu os seguintes procedimentos, respectivamente: a) leitura dos materiais coletados e elaboração de hipóteses provisórias sobre o fenômeno estudado; b) criação das Unidades de Registro (UR); c) categorização das informações recolhidas segundo as UR elaboradas (Tabela 1). A última etapa consistiu na apresentação dos resultados de maneira cursiva, utilizando-se de exemplificações (Oliveria, 2008).

Tabela 1

Categorias de Análise Temática

Categoria	Descrição
ProUni: Vantagem ou direito?	Nesta categoria foram elencadas as facilidades de possuir a bolsa ProUni e as reflexões dos participantes quanto ao acesso gratuito à Educação
As dificuldades de permanência	Nesta categoria serão descritas todas as dificuldades encontradas pelos participantes para se manterem dentro da graduação
As estratégias de enfrentamento	Nesta categoria serão descritas as práticas adotadas pelos ProUnistas para enfrentamento das dificuldades e permanência na graduação

RESULTADOS

Os participantes da pesquisa possuíam uma média de idade de 22 anos, o mais jovem tinha 20 anos e o mais velho 28, na sua maioria do sexo feminino e

nascido na região Sul. Este perfil (Tabela 2) é convergente com os dados do Censo do Ensino Superior o qual caracteriza o perfil do acadêmico de graduação como predominantemente do sexo feminino e com uma média de idade de 25,9 anos, sendo a região Sul

a segunda região com maior número de pessoas matriculadas no ensino superior (INEP, 2014).

Os cursistas estavam matriculados entre o 2º e o 7º período do curso de Psicologia, três deles estavam matriculados no turno noturno, e o restante no turno

matutino. Acredita-se que, a maior prevalência de alunos era do turno matutino, seja em decorrência da limitação de horários dos alunos do noturno, dificultando a participação destes na segunda etapa da pesquisa (grupo focal) que foi realizada durante a semana no final da tarde.

Tabela 2

Identificação dos participantes da pesquisa.

Identificação	Idade	Sexo	Período e Turno	Trabalha	Estado de Origem	Residência Atual	Bolsa
E1	21	F	7ºN	Sim	SC	Itajaí	100%
E2	21	F	2ºN	Sim	SC	Itajaí	100%
E3	21	F	4ºN	Sim	PR	Porto Belo	100%
E4	25	F	3ºM	Não	SC	Penha	100%
E5	22	F	5ºM	Não	PR	Itajaí	100%
E6	28	M	5ºM	Sim	SP	Itajaí	100%
E7	20	M	7ºM	Sim	SC	Itajaí	50%

Fonte: Entrevistas.

No que se refere aos percentuais de bolsas, os participantes recebem o valor integral (100%), sendo que apenas um dos alunos que compõe a amostra recebe o valor de 50%. Fator esse condizente com o aumento de bolsas integrais no Programa Universidade para Todos em todo país. Em 2012 o número de bolsas parciais e integrais estava quase equilibrado em porcentagem, e em 2014 a quantidade de bolsas integrais superaram significativamente as bolsas parciais. Em Santa Catarina, por exemplo, no segundo semestre de 2014, foram ofertadas 6.262 bolsas integrais e apenas 461 bolsas parciais (BRASIL, 2014). Como reflexo deste aumento substancial, a Instituição de Ensino em questão, disponibiliza atualmente apenas Bolsas Integrais, o que justifica apenas um participante possuir bolsa parcial. Após a análise das entrevistas para caracterização da amostra, os dados oriundos do grupo focal originaram três categorias de análise: 1. Vantagem ou Direito: discute a percepção dos alunos bolsistas sobre a percepção deles acerca deste programa de inclusão; 2. Dificuldades de permanência: debate as dificuldades que os estudantes encontram para permanecerem na graduação; 3. Estratégias de Enfrentamento: como os alunos se comportam frente as dificuldades percebidas. Essas categorias serão discutidas na sequência.

DISCUSSÃO

ProUni: Vantagem ou Direito?

Ainda que na constituição de 1988 (BRASIL, 2012) a Educação seja definida como um direito de

todos e dever do Estado e da família, sabe-se que o ensino superior, na sua história, viveu um processo de elitização, sendo uma grande maioria dos brasileiros excluídos dos níveis mais elevados de ensino (Zago, 2006). A fim de democratizar o acesso e a permanência no Ensino Superior Privado, considerando o histórico de desigualdade e discriminação socioeconômica culturalmente arraigados no país, e a escassez de vagas nas Universidades Públicas, surge o ProUni, que tem como objetivo facilitar o acesso das classes populares ao ensino superior por meio de bolsas integrais ou parciais (Saraiva & Nunes, 2011).

Este programa é apontado por Pacievitch (2006) como uma política que busca compensar uma condição histórica, de exclusão da população de baixa renda deste nível de ensino, através de estratégias que facilitem o acesso deste público nas IES privadas. Os acadêmicos que participaram da pesquisa apontaram algumas das vantagens e facilidades deste programa. A primeira e mais assinalada é o “Não pagar” (*sic. Estudante 2*), seguida pela garantia que o ProUni oferece aos contemplados de que a bolsa se estenderá até o final da sua formação: “O ProUni pelo menos é uma bolsa garantida.” (*sic. Estudante 4*); “É bom né, até o final da faculdade a gente sabe que não vai pagar nada.” (*Sic. Estudante 3*)

Um novo aspecto apontado pelo Estudante 1 diz respeito a maneira como este acadêmico representa o seu ingresso no ensino superior: “Você valoriza muito mais teu curso, teus estudos, pelo esforço que tu teve.” (*sic*). Zago (2006) encontra em suas pesquisas dados semelhantes, em que o ingresso no ensino superior é representado pelos alunos como uma vitória. Reforçando assim, as

dificuldades de acesso ao Ensino Superior das pessoas com baixo poder aquisitivo.

No entanto, se a Constituição da República de 1988 coloca a educação como um dever do Estado, o ProUni deve ser colocado como um direito do aluno (BRASIL, 2013). A Estudante 5 reflete essa situação dizendo: *“Até que ponto eles querem que eu acredite que é uma vantagem eu ter o ProUni e até que ponto é um direito meu ter uma educação de qualidade sem pagar?”* (sic Estudante 5). O direito ao acesso à educação de qualidade, por todo e qualquer cidadão brasileiro, está previsto em legislações nacionais, a reflexão da participante pode nos remeter a esta problemática em outros níveis de ensino. Afinal existe uma fragilização do Ensino de Base (Zago, 2006) e é necessário repensar possíveis ações e políticas que tenham por objetivo o fortalecimento do ensino público, considerando desde o ensino de base até o ensino superior.

As Dificuldades de Permanência

“Minha maior dificuldade para permanência é me manter aqui né, financeiramente.” (Sic Estudante 1)

Assim como na literatura, as dificuldades financeiras para permanecer no ensino superior foram as mais apontadas pelos participantes desta pesquisa. Por se tratarem de alunos de baixa renda, apenas a bolsa não é suficiente para que o aluno permaneça na graduação, uma vez que o aluno possui outros gastos, como moradia, alimentação, gastos pessoais, gastos da própria graduação como fotocópias, compra de livros, taxas institucionais, não conseguindo suprir essas necessidades (Faria, 2012), e não possuindo nenhum auxílio que vise suprir essas despesas.

Em contraponto, os estudantes de baixa renda, matriculados em Instituições Federais de Ensino, além da gratuidade de ensino, contam com o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que tem como objetivo suprir necessidades de moradia, alimentação, etc. (Ministério da Educação, n.d.). A ausência de ações, que assim como o PNAES, que visem garantir igualdade de oportunidades entre todos os alunos de instituições privadas de ensino superior, acabam por dificultar as vivências de estudantes com baixo poder aquisitivo dentro desta realidade.

Essa realidade fica evidenciada na fala do Estudante 6 *“Eu consegui uma bolsa de pesquisa de 360 reais, então 360 reais ajuda, mas é muito pouco para quem paga aluguel*

(...). Não dá pra nada, né? se tu paga aluguel, tu não come (...). Cheguei pensando... não sei se eu to dando conta, pensando tá difícil dá conta, então já tá difícil dar conta, e você há três meses sem receber, se chegar assim às vezes, não tem lá pra tu, tem que administrar bem o que tu tá comendo, ai sabe é complicado, é absurdo.” (sic).

Além do prejuízo na qualidade das vivências dentro da Universidade, os problemas financeiros se constituem como um importante evento estressor. Além de contribuírem para os altos índices de prevalência de sintomatologias indicativas de Transtornos Mentais Comuns que a população universitária apresenta (Ibrahim, 2013; Eisenberg, Gollust, Golberstein, & Hefner, 2007), uma vez que as dificuldades financeiras percebidas estão, positivamente, relacionadas ao adoecimento mental desta população (Eisenberg, 2007; El-Ghoroury, Galper, Sawaqdeh, & Bufka, 2012; Pereira, Capanema, Silva, Garcia, & Petroiano, 2015).

Cabe aqui refletir se o acesso ao ensino superior deve se restringir ao abono da mensalidade ou também à garantia de condições favoráveis às vivências acadêmicas (Torres *et al.*, 2004). Considerando-se esta situação, quais ações e estratégias devem ser tomadas para garantir aos alunos beneficiados pelo programa (ou não) que estes tenham condições para manterem-se na universidade com qualidade?

Um das estratégias do MEC como tentativa de complementar o Programa Universidade para Todos, é a Bolsa Permanência. Este é um recurso, destinado aos alunos do ProUni que estudem seis horas ou mais. Para se candidatar o aluno deve preencher os requisitos, e se inscrever todos os meses. O valor da bolsa só será depositado se houver disponibilidade orçamentária (BRASIL, 2014).

No entanto, cabe frisar, que estudantes como os do curso de Psicologia, não podem ser contemplados por esse auxílio, uma vez que o curso não tem caráter integral, ou seja, não permanecem seis horas ou mais na Universidade. Sendo esta uma estratégia insuficiente diante da realidade socioeconômica dos ProUnistas (Morais, 2011). Como trazido pela Estudante 5 *“Psicologia não tem o direito a bolsa permanência.”* (sic), e não apenas o curso de Psicologia, este recurso contempla a minoria dos beneficiários do ProUni, uma vez que, apenas 0,05% do total de alunos vinculados ao programa recebem a Bolsa Permanência segundo (Morais, 2011).

Muitos universitários vivenciam uma dupla jornada de trabalho e estudos. Em universidades privadas essa necessidade surge muitas vezes pela necessidade de se pagar a mensalidade sem o auxílio financeiro dos familiares. Quanto aos bolsistas do ProUni, essa necessidade está atrelada as necessidades de subsistência. Esta realidade é

algo penoso, que exige muito do sujeito, por vezes prejudica no desempenho acadêmico e também a tentativa de construir um currículo profissional. Esta questão é evidenciada nas seguintes falas: “*Eu trabalho, e por ter 50% eu não consigo me dedicar muito aos estudos.*” (Sic Estudante 7); “*Nossa... trabalhar o dia inteiro, chegar de noite e ainda ter que apresentar um trabalho (...) nossa... isso é muito complicado*” (Sic Estudante 3).

As IES, sejam elas públicas ou privadas, não deveriam restringir apenas a gratuidade de ensino (Moraes, 2011), para existir a democratização do ensino é necessário prover possibilidades para alunos vivenciarem sua condição de estudante. No entanto, para os alunos de baixo status socioeconômico, essas possibilidades são limitadas. Tal realidade pode ser percebida na fala da Estudante 1 “*Meu sonho é estar numa universidade, mas eu tô aqui para trabalhar, pra sobreviver, não pra me entregar pra isso aqui, sabe.*” (Sic). Zago (2006) também evidencia em seus estudos um afastamento dos alunos trabalhadores das atividades que complementam e fortalecem a formação profissional destes sujeitos.

Se os acadêmicos não conseguem vivenciar a universidade como um todo, participar das atividades que complementam e aprimoram a sua formação, a qualidade desta fica prejudicada. Isso fica evidenciado nas seguintes falas: “*Minha educação fica afetada dentro da universidade, o emocional afeta, e por aí vai. É uma desvantagem bem grande*” (sic Estudante 7); “*E daí chega a noite e você já tá cansado, e é horrível. Eu acho assim, a gente não tem o mínimo para estudar, nem qualidade nem saúde*” (sic Estudante 5); “*Eu estudo de noite, eu fico das sete as dez dentro da sala de aula e isso não é o suficiente*” (sic Estudante 3). Partindo do princípio que a formação profissional não se faz exclusivamente dentro da sala de aula, pode-se questionar também a igualdade de acesso ao nível superior, pois não basta “colocar” os sujeitos na Universidade, se estes não estão verdadeiramente inseridos neste contexto.

Existem exigências tanto do mercado de trabalho como também da própria instituição para que os alunos participem das atividades que complementem sua formação. Estas “atividades complementares” são regulamentadas e compreendidas aqui como todas as atividades desenvolvidas a partir do ingresso no Curso, que estejam relacionadas ao ensino, pesquisa, produção bibliográfica, extensão e cultura e trabalhos técnicos (UNIVALI, 2012),

Estas exigências podem ser um fator estressor no meio acadêmico, como cita o Estudante 6 “*Pra tu ir pro mercado (de trabalho), tu tem que ter um currículo bom, então, ou seja, são pressões, a todo momento a gente*

é cobrado pela sociedade, é cobrado pra ter um currículo bom.” (sic), e então outros participantes questionam essas cobranças “*Mas como faz pra participar? você tem que pagar, por que isso não tá incluído na bolsa.*” (sic Estudante 2); “*Que tempo você tem pra participar de projeto, que condições você tem pra isso?*” (sic Estudante 5).

Se é uma exigência da própria instituição a participação dos seus discentes de maneira integral dentro da Universidade, quais condições esta oferece a eles? Em um panorama geral, as iniciativas vindas das instituições, que tenham por objetivo garantir a permanência de seu corpo discente são escassas (Honorato, 2013), deve-se considerar que a falta de assistência sócio-educacional é um fator que facilita a evasão dos alunos do Ensino Superior (Dias, Theóphilo, & Lopes, 2010). Na presente pesquisa surgiram algumas fragilidades relacionadas às iniciativas da IES, que acabam por tolher a permanência destes acadêmicos, como por exemplo, a impossibilidade de troca de curso, ou troca de turno, assim como a impossibilidade de se vincular como pesquisador.

O Estudante 2, por exemplo, trás em sua fala a impossibilidade de troca de turno: “*Uma desvantagem também é que a gente não troca de turno.*” (sic). Isto se refere à regra institucional de que o acadêmico vinculado ao ProUni, poderá cursar apenas duas disciplinas fora do seu turno de matrícula. Essa limitação também implica na impossibilidade de adiantar disciplinas e o prazo de formação: “*Eu poderia me formar antes, mas eu só posso fazer duas matérias a mais, não posso fazer mais do que isso, então eu não conseguiria também*” (sic Estudante 5).

Além destas limitações, tem-se também o critério de inclusão para concorrer a bolsas de pesquisa “*se tem ProUni você não pode ter alguns tipos de pesquisa*” (sic. Estudante 5). Como por exemplo, no Edital de Bolsas de Pesquisa do Art.170, um dos critérios para inscrição dos alunos é “Não pertencer, concomitantemente, a mais de uma equipe proponente, nem receber outra bolsa da UNIVALI, bem como de qualquer Órgão de Fomento (Federal, Estadual, Municipal), com exceção de Crédito Educativo, FIES e PROAFE, quando da assinatura do contrato da Bolsa do presente Edital” (UNIVALI, 2015), em nota de rodapé o edital salienta ainda que “O aluno não pode ter ProUni”.

No entanto, partindo da premissa que “Todos os alunos, inclusive os bolsistas do ProUni, são igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição” (BRASIL, 2013), como proposta de ofertar igualdade de condições de acesso e permanência ao ensino superior, as normas e regulamentos da instituição não deveriam fazer distinção entre bolsistas e pagantes.

Essas limitações divergem dos objetivos do ProUni e evidenciam a necessidade de se fazer um alinhamento entre as propostas do Governo e das IES Privadas para que não hajam incongruências e que se possa evitar, também, práticas que façam diferenciação entre os acadêmicos.

Outros fatores de discriminação aparecem nas seguintes falas: *“Outra coisa que considero muito grave até, no nosso curso é a discriminação”* (Estudante 1), outro aluno complementa dizendo que *“Tinha um menino no primeiro período que ele saiu por causa disso, ele era ProUnista e ele se sentiu mal, mas eu nunca senti”* (Estudante 3). Segundo Dauster (2001) atitudes preconceituosas aparecem tanto por parte dos professores quanto pelos alunos, ainda que sejam menos percebidas em curso com mais igualdade socioeconômica, a diferenciação entre “bolsistas” e “elite” são evidências nas “relações de evitação e exclusão, em processos de estigmatização e rotulação” (Zago, 2006, pp.6).

Com tantos entraves é necessário que estes acadêmicos busquem maneiras de superar as adversidades para que possam concluir a graduação, assumir uma atitude crítica diante da sua realidade (Faria, 2012). Essas atitudes frente às dificuldades consideramos como estratégias de enfrentamento e serão discutidas na próxima categoria.

As Estratégias de Enfrentamento

As estratégias de enfrentamento ou *coping* ocorrem mediante situações adversas que desafiem os limites dos sujeitos. Bardagi e Hutz (2011, p.112) definem *coping* como uma resposta que tem como objetivo “aumentar, criar ou manter a percepção de controle pessoal sobre as situações vivenciadas”. No contexto acadêmico ainda existem poucas pesquisas que explorem esse fenômeno. No entanto, sabe-se que o período de formação universitária se configura como um período de mudanças que exigem dos estudantes o desenvolvimento de diversas habilidades e competências para o Enfrentamento desta nova realidade (Almeida & Soares, 2003; Silva, 2010), ou seja, como no estudo de Honorato com estudantes ProUnistas, de alguma maneira os estudantes “buscam se virar para compensar as dificuldades advindas” (2013, pp.23).

Dentre as Estratégias criadas por estes alunos, o trabalho é a primeira a ser citada *“Minha maior dificuldade pra permanência é me manter aqui né, financeiramente, e aí pra combater isso eu trabalho, né.”* (sic Estudante 1). No entanto, esta estratégia nem sempre é suficiente para suprir as necessidades financeiras, alguns participantes referiram buscar outras fontes de renda *“Sempre que eu consigo eu faço um bico, aqui ou ali”* (sic Estudante 1).

O recurso mais evidenciado pelos participantes foi o auxílio de amigos e familiares, também como meio de subsidiar custos de vida: *“Minha sogra (...) ela ajudou a gente com muita coisa, mas eu não consigo me conformar com a ideia de que ela vai ficar pagando minha faculdade.”* (sic Estudante 4); *“Minha vó me ajudou, pra pagar tipo, os dois primeiros alugueis”* (sic Estudante 5); *“Se eu ficava num aperto muito grande assim, que ela (mãe) só conseguia mandar 100 reais, daí eu ligava pra minha vó.”* (sic Estudante 1); *“Então, eu tô três meses sem receber, se não fosse por algumas pessoas, sinceramente ia ser muito complicado, porque eu tinha aluguel pra pagar, alimentação, então praticamente pelo pouco que minha família pode mandar de lá e pelo pouco que algumas pessoas podem me ajudar”* (sic Estudante 6); *“Eu acho que a gente tem o apoio de muitas pessoas”* (sic Estudante 1).

A família é um fator importante no desenvolvimento da carreira, escolha do curso e também como agentes financiadores dos estudos, no entanto, os pais tem pouca participação no dia-a-dia da vida acadêmica (Bardagi & Hutz, 2008). No presente estudo, o apoio financeiro proveniente da família, surge como uma importante estratégia de enfrentamento das dificuldades financeiras percebidas.

Para sustentar as exigências advindas da universidade e do mercado de trabalho para que os alunos construam um currículo consistente, fortalecendo a formação profissional, surge o engajamento dos estudantes em trabalhos voluntários. Esta estratégia se configura como uma possibilidade de aprimoramento do currículo, uma vez que os ProUnistas ficam restritos a participar de determinados estágios e projetos de pesquisas, considerando o acúmulo de bolsas. Como referem os seguintes participantes *“Então, eu acho que uma das maneiras de você melhorar sua formação é você participando de alguns movimentos”* (sic Estudante 5); *“Eu to tentando buscar fazer voluntariado”* (sic Estudante 4). Este movimento é fundamental, dado que, o envolvimento com atividades extracurriculares, possibilitam melhores vivências e adaptação, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do aluno (Santos, Mogmon, Lima, & Cunha, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar e conhecer as trajetórias acadêmicas de alunos ProUnistas é essencial para que se possa problematizar, refletir e repensar as práticas educacionais, assim como as políticas nacionais de inclusão universitária. Para se conhecer essas trajetórias se faz necessário devolver a voz aos atores desse processo.

Esta pesquisa possibilitou conhecer um pouco mais sobre a realidade e o perfil dos alunos de psicologia de uma Universidade do litoral Catarinense, os quais estão vinculados ao Programa Universidade para Todos (ProUni), assim como algumas de suas dificuldades e das estratégias utilizadas para permanência na graduação. Já o perfil do aluno ProUnista participante deste estudo é compatível com as características trazidas pelo Censo do Ensino Superior (INEP, 2014), com uma média de idade de 25 anos e predominantemente do sexo feminino.

As dificuldades dos ProUnistas em se manter no ensino superior evidenciadas por este estudo foram: Financeiras; Conciliar trabalho e estudos; Fragilidades na formação; Dificuldades de ordem burocrática institucional, como a impossibilidade de troca de turno; e preconceitos. Ainda que, por ordem didática, tenham sido separadas por categoria, elas se inter-relacionam no dia a dia na universidade, sendo impossível fazer essa separação. Esses estressores podem acarretar em possíveis reações fisiológicas, emocionais e cognitivas (Bohry, 2007), estando relacionados ao aumento do nível de vulnerabilidade psicológica dos estudantes universitários (Eisenberg *et al.*, 2007.; Pereira *et al.*, 2015). Consequentemente, podem contribuir para a redução do desempenho acadêmico (Tosevski, Milovancevic, & Gajic, 2010; Carvalho, Bertolini, Milani, & Martins 2015; Certo, 2016).

A bolsa de estudos se mostrou insuficiente para a permanência na graduação, sendo necessária a elaboração de estratégias para superar essa adversidade. Dentre as estratégias mais apontadas pelos participantes, está a busca pelo auxílio financeiro de familiares e amigos. Esta estratégia aparece de maneira bem evidente, uma vez que apenas o trabalho não supre as necessidades básicas, como alimentação, moradia, transporte e gastos com outras taxas da universidade e o envolvimento com atividades extracurriculares. Devido às limitações desta pesquisa, pelo tamanho e diversidade dos participantes, faz-se necessário a realização de novas pesquisas acerca do tema para que possamos conhecer de maneira mais aprofundada a realidade dos ProUnistas de todo Brasil. Pesquisas com grande amostragem seriam importantes recursos para se avaliar o Programa e repensar as políticas destinadas à democratização do acesso e permanência no Ensino Superior.

Sugere-se que as IES privadas e comunitárias repensem suas práticas institucionais, criando estratégias que auxiliem seus alunos (bolsistas ou não) no processo de adaptação e permanência na graduação. Uma estratégia possível é a criação de um Núcleo de Apoio ao Discente, com profissionais da Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, que trabalhem em prol dos alunos e da

qualidade de vida destes. Outra sugestão é a reformulação dos critérios para seleção de bolsas de pesquisa, para que os alunos vinculados ao ProUni também possam usufruir deste benefício, já que a bolsa se trata de um incentivo à iniciação científica e não um recurso para isenção de mensalidade, portanto não são concorrentes.

É necessário problematizar a política nacional de inclusão de alunos com baixo status socioeconômico em universidades privadas, afinal, ofertar vagas com isenção de mensalidade é suficiente para que a inserção se torne democrática? Quais condições estes sujeitos possuem para permanecerem neste contexto? Mas para que se possa falar de democratização do ensino superior é necessário, primeiramente, fortalecer o ensino de base e as políticas nacionais de inclusão universitária.

Através de pesquisas sobre o tema é possível também reavaliar o Programa Universidade para Todos, pois, é evidenciando as fragilidades e pontos fortes, que a reestruturação do programa pode ser plausível.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S., & Soares, A. P. (2003). Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Orgs.), *Estudante Universitário: características e experiências de formação*. Taubaté: Cabral.
- Bardagi, M.P., & Hutz, C.M. (2008). Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão do curso universitário. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9(2) 31-44.
- Bardagi, M.P., & Hutz, C.M. (2011). Eventos Estressores no Contexto Acadêmico: Uma Breve Revisão da Literatura Brasileira. *Interação Psicologia*, 15(1), 111-119.
- Bicalho, L.C., & Araújo, W.M., & Belisário, V. (2013). Entre mundos: A trajetória de jovens de baixa renda. *Revista Arquivo Brasileiro de Educação*, 1(2). Acesso em 11 de julho de 2017, de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2013v1n2p47>.
- Bohry, S. (2007). *Crise Psicológica do Universitário e Trancamento Geral de Matrícula por motivos de Saúde*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Resolução Nº196/96*. Recuperado em 02 de junho, 2015, de http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf.

- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (2013). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* [recurso eletrônico], Ed. 8. Brasília: Câmara dos Deputados. Acesso em 15 de julho de 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.
- Brasil. Ministério da Educação. (2014). *Programa Universidade para Todos: ProUni*. Acessado em 17 de outubro de 2014, de <http://prouniportal.mec.gov.br>.
- Carvalho, E. A., Bertolini, S. M. M. G., Milani, R. G., & Martins, M. C. (2015, Julho-setembro). Índice de ansiedade em universitários ingressantes e concluintes de uma instituição de Ensino Superior. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 14(3), 1290-1298.
- Certo, A. C. T. (2016). *Qualidade do sono e suas implicações ao nível da ansiedade depressão e stress nos estudantes do ensino superior*. Relatório de Estágio para a obtenção de Grau de Mestre em Enfermagem Comunitária. Escola Superior de Saúde. Bragança.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2012). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília, Brasil.
- Costa, F.S. (2013). O Programa Universidade para todos (PROUNI) no contexto das políticas de educação, trabalho, juventude do Brasil. Anais XIII Colóquio de Gestión Universitaria em Américas. Florianópolis, SC, Brasil. Acessado em 17 de outubro de 2014, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114816?show=full>.
- Dauster, T. (2001). “Bolsistas” e “elite”: tensão e mediação na construção diferencial de identidades de estudantes universitários. Anais da Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia. Brasil. Acessado em 05 de maio de 2015, de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/tania_dauster/page4.html.
- Dias, E.C.M., Theóphilo, C.R., & Lopes, M.A.S. (2010). Evasão no Ensino Superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Monte Claros – UNIMONTE – MG. Anais do Congresso USP De Iniciação Científica Em Contabilidade. USP, São Paulo, Brasil. Acessado em 08 de maio de 2015, de <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/419.pdf>.
- Eisenberg, D., Gollust, S. E., Golberstein, E., & Hefner, J. L. (2007). Prevalence and Correlates of Depression, Anxiety and Suicidality Among University Students. *American Journal of Orthopsychiatry*, 77(4), 534-532.
- El-Ghoroury, N., Galper, D. I., Sawaqdeh, A., & Bufka, L. F. (2012). Stress, Coping, and Barriers to Wellness Among Psychology Graduates Students. *Training and Educacional in Professional Psychology*, 6(2), 122-134.
- Faria, E. (2012). Acesso permanência, inserção e conclusão do curso superior: construção dos percursos formativos dos universitários bolsistas do ProUni. Anais do XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Campinas, São Paulo, Brasil. Acessado em 17 de outubro de 2014, de WWW.infoteca.inf.br/endip/smarty/templates/arquivos/2136d.pdf.
- Felicetti, V.L., Rossoni, J.C., & Gomes, K.A. (2012). PROUNI: análise de Teses do banco de dados da CAPES (2007 – 2011). Anais do II CLABES – Segunda Conferencia Latinoamericana sobre El Abandono en La Educación Superior. Acessado em 17 de outubro de 2014, de http://clabes2012-alfaguia.org.pa/ponencias/LT_2/ponencia_completa_115-.pdf.
- Honorato, G.S. (2013, abril) Dificuldades para permanência de alunos ProUnistas no ensino superior. *Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes*, Araraquara, São Paulo, Brasil. Acessado em 11 de maio de 2015, de <http://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st11-trabaceito-0349-11.pdf>.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. (2014). *Censo da educação superior 2012: resumo técnico*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acessado em 20 de abril de 2015, de http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. (2016). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2015*. Brasília: Inep. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/resultados-de-2015-ja-podem-ser-consultados-e-revelam-desafios-para-a-educacao-superior-brasileira?redirect=http%3a%2f%2fportal.inep.gov.br%2f
- INEP. (n.d.) *Evolução da Educação Superior – Graduação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

- Educacionais Anísio Teixeira. Acessado em 08 de maio de 2015, de <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>.
- Ibrahim, A. K., Kelly, S.J., Adams, C. E., & Glazebrook, C. (2013). A systematic review of studies of depression prevalence in university students. *Journal of Psychiatric Research*, 47, 391-400.
- Lima, L.C., Azevedo, M.L.N., & Catani, A.M. (2008, março). O Processo de Bolonha, a avaliação da Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*, 13(1), 7-36.
- Ministério da Educação. (n.d.). *Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. Retirado de <http://portal.mec.gov.br/pnaes>.
- Morais, F.A.A. (2011, setembro). O Prouni e a promoção da inclusão social. *Âmbito Jurídico*, 15(92). Acessado em 22 de abril de 2015, de <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252>.
- Pacievitch, T. (2006). Políticas de Acesso e Permanência no Ensino Superior: as experiências de uma bolsista do PROUNI, *Observatório de Educação Superior UFPR*, S/D. Acessado em 27 de abril de 2015, de http://www.observatoriodaeducacaosuperior.ufpr.br/artigos_1/Anexos/ANEXO%2006.pdf.
- Pereira, E.P. (2013). *Estudo de Caso: Impacto do ProUni nos alunos egressos do Centro Universitário Estácio/FIB Salvador-BA*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil.
- Pereira, G.A., Capanema, H. X. M., Silva, M. M. Q., Garcia, I. L., & Petroianu, A. (2015). Prevalência de Síndromes Funcionais em Estudantes e Residentes de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 39(3), 395-400.
- Programa Universidade para Todos. (2015). *Bolsas ofertadas por Unidade da Federação- Dados Estatísticos*. Recuperado de <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>
- Santos, A. A., Mogmon, J. F., Lima, T.H., & Cunha, N.B. (2011, julho/dezembro). A relação entre vida acadêmica e a motivação para aprender em universitários. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 15(2), 283-290.
- Saraiva, L.A.S., & Nunes, A.S. (2011, julho/agosto). A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. *Revista de Administração Pública*, 45(4), 941-964.
- Silva, R. R. (2010). *O perfil de saúde de estudantes universitários: um estudo sob o enfoque da psicologia da saúde*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Santa Maria.
- Torres, C.M.R., Nascimento, E.M.M., Silva, M.A., Santos, M.R.S., Leher, R., & Pavão, S.L. (2012). *A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do Governo de Lula da Silva*. Brasília, Publicação do Grupo de Trabalho de Política Educação, 2004.
- Tosevski, D. L., Milovancevic, M. P., & Gajic, S. D. (2010). Personality and psychopathology of university students. *Current Opinion in Psychiatric*, 23(48), 48-52.
- Universidade do Vale do Itajaí. (2012). *Regulamento das atividades complementares dos cursos do centro de ciências da saúde*. Itajaí. Acessado em 11 de maio de 2015, de <http://www.univali.br/ensino/graduacao/ccs/cursos/psicologia/atividades-complementares/Documents/regulamento-atividades-complementares.pdf>.
- Universidade do Vale do Itajaí. (2015). *Edital 02/2015 Bolsas de Pesquisa Art.170*, Itajaí, 2015. Acessado em 11 de maio de 2015, de <http://www.univali.br/imprensa/editais/Documents/2015-03-03-artigo-170-chamada.pdf>.
- Zago, N. (2006, Maio/Agosto). Do Acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, 11(32), 226-238.

Endereço para correspondência:

M^a. Daniela Ornellas Ariño
 Rua Martim Pescador, 831
 CEP: 88215-000 – Bombas, Bombinhas/SC
 E-mail: daniela.arino@gmail.com

Recebido em 19/06/2017

Aceito em 11/08/2017